

**A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO ESTRATÉGIA PARA  
EXTROVERSÃO DOS BENS HISTÓRICOS E CULTURAIS NO CURSO  
DE CIÊNCIAS HUMANAS - UFMA – CAMPUS DE PINHEIRO – MA**

**PATRIMONIAL EDUCATION AS A STRATEGY FOR THE EXTROVERSION  
OF HISTORICAL AND CULTURAL ASSETS IN THE COURSE OF  
HUMANITIES SCIENCES - UFMA - CAMPUS DE PINHEIRO – MA**

**LA EDUCACIÓN PATRIMONIAL COMO ESTRATEGIA PARA LA  
EXTROVERSIÓN DE LOS BIENES HISTÓRICOS Y CULTURALES EN EL  
CURSO EN CIENCIAS HUMANAS - UFMA - CAMPUS DE PINHEIRO – MA**

Arkley Marques Bandeira

Professor Doutor do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas da  
Universidade Federal do Maranhão – Campus de Pinheiro.  
São Luís-MA, Brasil.  
[arkley.bandeira@ufma.br](mailto:arkley.bandeira@ufma.br)

**Resumo:** A pesquisa surgiu da necessidade de propiciar aos discentes do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas – UFMA – Campus de Pinheiro, vivências patrimoniais em atividades extraclasse nas regiões da Baixada Maranhense e Reentrâncias Maranhenses, complementando os conteúdos trabalhados em sala de aula. Para tanto, foram desenvolvidas estratégias didático-pedagógicas para extroversão do patrimônio histórico e cultural, com a participação dos alunos desde o planejamento, perpassando pela pesquisa de campo e a divulgação dos resultados. Neste trabalho serão apresentados três estudos de casos aplicados nas disciplinas Patrimônio Histórico Brasileiro, Folclore e Cultura Popular e História da América Colonial, cujo foco foi apresentar suportes de memórias e histórias em laboratórios vivos, a exemplo da Cidade de Pinheiro, o Centro Histórico de São Luís e Alcântara e a Comunidade Quilombola de Itamatatua, em Alcântara. Os resultados obtidos até o momento vêm demonstrando que as vivências patrimoniais, quando agregadas a problemas de pesquisa são ferramentas metodológicas poderosas para percepção, sensibilização e empoderamento dos alunos em relação ao seu território, suas histórias e memórias, contribuindo para a multiplicação das ações de extroversão e proteção dos bens históricos e culturais.

**Palavras-chave:** Vivências patrimoniais. Extroversão. Patrimônio Histórico-Cultural. Baixada Maranhense. Reentrâncias Maranhenses.

**Abstract:** The research came from the need to provide students of the Undergraduate in Human Sciences - UFMA - Pinheiro Campus, heritage experiences in extraclass activities in the regions of Baixada Maranhense and Reentrâncias Maranhenses, complementing the contents worked in the classroom. For this, didactic-pedagogical strategies were developed for the extroversion of the historical and cultural patrimony, with the participation of the students from the planning, through the field research and the dissemination of the results. This paper will present three case studies applied in the disciplines of Brazilian Historical Heritage, Folklore and Popular Culture and History of Colonial America, whose focus was to present the support of memories and stories in living laboratories, such as the City of Pinheiro, the Historic Center of São Luís e Alcântara and the Quilombola Community of Itamatatua, in Alcântara. The results obtained so far have demonstrated that heritage experiences, when added to research problems, are powerful methodological tools for students' perception, sensitization and empowerment in relation to their territory, their histories and memories, contributing to the multiplication of extroversion actions And protection of historical and cultural assets.

**Keywords:** Heritage experiences; Extroversion; Cultural heritage; Baixada Maranhense; Reentrâncias Maranhenses.

**Resumen:** La investigación surgió de la necesidad de proporcionar estudiantes del programa de estudios en las Ciencias Humanas - UFMA – Campus Pinheiro, herencia de experiencias en extraclases actividades en las regiones de Baixada Maranhense y Reentrâncias Maranhenses, complementando los contenidos trabajados en el aula. Por lo tanto, las estrategias didácticas-pedagógicas se desarrollaron para la extroversión del patrimonio histórico y cultural, con la participación de los estudiantes de la planificación, pasando por la investigación del campo y la disseminación de los resultados. En este trabajo se presentarán a tres estudios de caso aplicado en las disciplinas de la Historia de la Herencia Histórica, Folklore y la Cultura Popular y la História del América Colonial, cuyo enfoque fue para el apoyo de las memorias y las historias en los laboratorios vivos, como la ciudad de Pinheiro, Centro Histórico de São Luís y Alcântara y la Comunidad Quilombola del Itamatatua, en Alcântara. Los resultados obtenidos hasta el momento, vienen demostrando que las vivencias patrimoniales, cuando se agregan a problemas de investigación, son poderosas metodologías para la educación, la sensibilización y el empoderamiento en relación con su territorio, sus historias y memorias históricas y culturales.

**Palabras clave:** Vivencias Patrimoniales. Extraversión. Patrimonio Histórico-Cultural. Baixada Maranhense. Reentrâncias Maranhenses.

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta os resultados obtidos no *Projeto Vivências Patrimoniais*, vinculado ao *Grupo de Pesquisa em Arqueologia e Estudos do Patrimônio na Baixada e Reentrâncias Maranhenses*, ambos coordenados pelo autor.

A pesquisa surgiu da necessidade de propiciar aos discentes do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas – UFMA – Campus de Pinheiro percepções sobre o meio ambiente, cultura e sociedade, onde a IFES encontra-se inserida. A ênfase vem sendo dada nos suportes de memórias e histórias, a exemplo dos centros históricos antigos, as manifestações artísticas, expressões, modos de fazer, celebrações, sítios arqueológicos, lugares, dentre outras categorias.

Neste contexto, as vivências patrimoniais são poderosas ferramentas didático-pedagógicas, que objetivam oferecer conteúdos e experiências em atividades extraclasse nas regiões da Baixada Maranhense e Reentrâncias Maranhenses, complementando o conhecimento teórico trabalhado em sala de aula, no âmbito das disciplinas ministradas pelo autor.

Em um primeiro momento, serão apresentados os pressupostos teórico-metodológicos que embasaram os estudos de caso. Em seguida, serão abordadas três ações já realizadas no âmbito do Projeto e aplicadas às disciplinas *Patrimônio Histórico Brasileiro, Folclore e Cultura Popular e História da América Colonial*.

Nesse contexto, os bens de interesse históricos e culturais, patrimonializados ou não, são elementos de suma importância para afirmação e reafirmação das identidades dos distintos povos que formam a nação brasileira. Como também, são mediadores entre o presente e o passado e articulam as sociedades em torno de suas memórias e histórias.

A noção de referência cultural, sobretudo, após a publicação do Decreto nº 3.551, em 4 de agosto de 2000, que instituiu o registro do patrimônio imaterial, ampliou o leque dos bens passíveis de serem protegidos e estabeleceu novos critérios para salvaguarda, gestão e divulgação dos legados históricos e culturais.

Nesse contexto, a participação da sociedade, em especial das comunidades envolvidas com suas referências históricas, culturais e identitárias é essencial para o fortalecimento das noções de pertencimento, empoderamento, coletividade e identidade. Para tanto, é necessário desenvolver mecanismos de contato e aproximação dos grupos sociais com os elementos formadores de suas histórias.

Sobre este aspecto, Sant’Anna (2006, p. 9) comentou:

Para a política de salvaguarda preservar o patrimônio cultural brasileiro significa fortalecer e dar visibilidade às referências culturais dos grupos sociais em sua

heterogeneidade e complexidade. Significa promover a apropriação simbólica e o uso sustentável dos recursos patrimoniais para a sua preservação e para o desenvolvimento econômico, social e cultural do país. Significa também compartilhar as responsabilidades e deveres dessa preservação e promover o acesso de todos aos direitos e benefícios que ela gera.

No Brasil, a organização do patrimônio cultural brasileiro é regida pela Constituição Brasileira de e outras normativas, sobretudo, portarias, normas, leis complementares, instruções, dentre outras, ressaltando as especificidades do tema.

Não obstante, o artigo 216 da Constituição Brasileira (BRASIL, 1988, p. 1) é o dispositivo mais abrangente e considera como patrimônio “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”, sendo constituído pelas:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988, p. 1).

Os bens classificados como patrimônio cultural material é formado conforme os quatro Livros do Tombo, sendo eles: o arqueológico, paisagístico e etnográfico; o Histórico; o de Belas artes; e das Artes aplicadas, sendo exemplificados pelos conjuntos urbanos; bens edificados; sítios arqueológicos, paisagísticos e paleontológicos; bens ferroviários, industriais e rurais; bens móveis, a exemplo das obras de arte, coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

As temáticas que envolvem o patrimônio cultural imaterial, também denominado de intangível ficaram por muitas décadas relegadas aos estudos de folclore e cultura popular, à sombra da presença física dos patrimônios culturais materiais ou tangíveis, também conhecidos como bens de pedra e cal.

Uma nova perspectiva surgiu, a partir da década de 1970, em torno da noção de *referência cultural*, que promoveu importantes reflexões na prática preservacionista em curso, visto que trouxe para o centro do debate a importância em se valorizar, reconhecer e proteger outras categorias históricas e culturais, sobretudo, àquelas relacionadas aos grupos indígenas, quilombolas e de povos tradicionais, até então relegados no discurso de salvaguarda dos referenciais de memória e história do Brasil.

Nesse contexto, consolidou-se a ideia de que a construção dos patrimônios culturais deve “fazer sentido” e “ter valor” para outros sujeitos sociais, especialmente os que produzem ou mantêm os bens culturais, conferindo, portanto, critérios de valor e significado (SANT’ANNA, 2006, p. 9).

Segundo Oosterbeek (2004, p. 43), este valor não teria uma precificação de mercado, mas pelo contrário. Seria um suporte ao qual recorreremos, como já faziam os nossos antepassados, para nos posicionarmos no fio do tempo. É o conjunto de realidades, materiais e imateriais, cuja gestação nos precedeu, e que constitui uma espécie de mapa orientador sobre o qual nos situamos.

Essa nova perspectiva ecoou rapidamente entre os pesquisadores e órgãos de proteção, desconstruindo premissas antigas e já consolidadas, de que os bens culturais dignos de valor e patrimonialização seriam os grandes monumentos e as obras de arte, testemunhos de uma história oficial vinculada as elites.

Em caminho oposto, cresceu a premissa de que a patrimonialização da cultura deveria incluir manifestações culturais representativas de todos os povos formadores do Brasil, especialmente as etnias indígenas, os grupos quilombolas, as comunidades tradicionais e as classes populares, em geral.

Essas manifestações e expressões foram consideradas referências culturais e trouxeram no seu cerne indagações sobre quem teria maior legitimidade para selecionar o que deveria ser preservado, a partir de quais valores e em nome de que interesses e de quais grupos (LONDRES, 2009, p. 11).

Nesse âmbito, os bens classificados como patrimônio cultural imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares, a exemplo dos mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas.

Ressalta-se que nem tudo que é referência histórica e cultural para os povos é patrimonializado ou tem algum tipo de proteção e acautelamento. Por esse motivo, é de extrema importância a valorização de pesquisas que objetivem inventariar, mapear, identificar e registrar lugares e pessoas que produzem, reproduzem, mantêm e transmitem cultura, histórias e memórias.

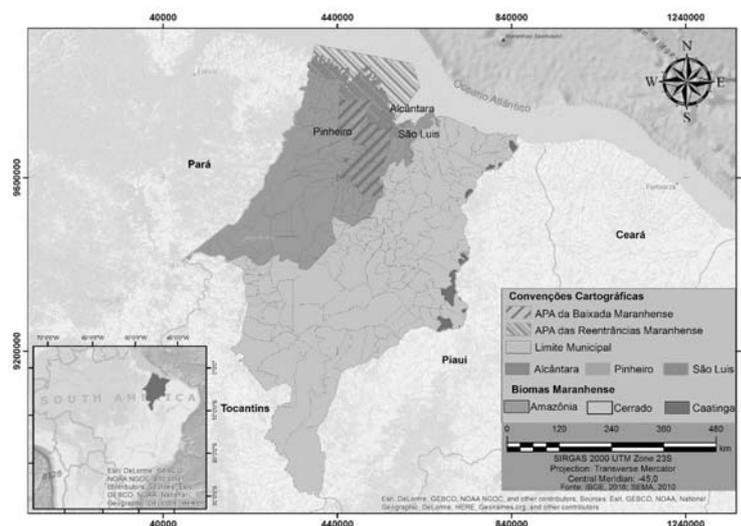
Tão importantes quanto o conhecimento são a valorização e extroversão dos bens históricos e culturais para amplos públicos. Contudo, para que isso ocorra é necessário que se criem projetos educacionais consistentes, processuais e de longa duração, pautados em uma perspectiva diacrônica, sistemática e holística.

Logo, a Educação Patrimonial ou educação para o patrimônio foi a metodologia utilizada como estratégia didático-pedagógicas para propiciar aos discentes do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas – UFMA – Campus de Pinheiro, vivências patrimoniais em atividades extraclasse nas regiões da Baixada Maranhense e Reentrâncias Maranhenses, complementando os conteúdos trabalhados em sala de aula.

A região de abrangência do Projeto que compreende a Amazônia Legal Maranhense, aglutinando as Áreas de Proteção Ambiental da Baixada Maranhense e Reentrâncias Maranhenses, reunindo um ambiente lacustre semelhante ao Pantanal, que se limita com o litoral ocidental amazônico.

Essa porção do Maranhão apresenta potenciais de estudos significativos, no que concernem a biodiversidade e sociodiversidade, conforme indicado no Mapa 1.

Mapa 1 –Amazônia Legal do Maranhão, que compreende a região de estudo na Baixada Maranhense e Reentrâncias Maranhenses



Fonte: Soares (2017)

Neste texto serão apresentados três *cases* aplicados às disciplinas *Patrimônio Histórico Brasileiro, Folclore e Cultura Popular e História da América Colonial*, sendo respectivamente, *Mapeamento dos bens edificados de interesse histórico no município de Pinheiro – MA, Registro do ofício ceramista no povoado de Itamatatuiua – Alcântara – MA e A ocupação humana de longa duração, em São Luís – MA.*

Ressalta-se que o desenvolvimento das ações contou com a participação dos discentes desde o planejamento, passando pela pesquisa de campo e divulgação dos resultados. Além disso, foram criados mecanismos para a aproximação destes com a realidade dos grupos sociais que produzem, reproduzem, mantêm e transmitem os bens de interesse históricos e culturais nas áreas em questão.

## 2 ESTRATÉGIAS DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS PARA EXTROVERSÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

A Educação Patrimonial, doravante EP, cuja sigla será utilizada em todo o texto a partir de então, é uma proposta multidisciplinar de ensino, voltada para questões pertinentes ao patrimônio cultural que deve ser compreendida como um meio de inclusão de temáticas relativas ao mesmo, levando-se em conta que o conhecimento propiciará a apropriação e valorização das referências culturais (COSTA, 2010, s.p.).

Ela deve ser compreendida como um processo sistemático centrado no patrimônio cultural, voltado para diferentes públicos, agindo como um instrumento de afirmação da cidadania, de forma que permita o enriquecimento cultural individual e coletivo e o fortalecimento dos sentimentos de identidade e pertencimento a uma etnia, município, região ou nação.

Como salientado por Horta (1999, p. 07), a EP é um meio que busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural:

A educação patrimonial deverá ser entendida como um instrumento de 'alfabetização cultural' que possibilite o indivíduo fazer uma leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sócio-cultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural (HORTA, 1999, p. 07).

Para Horta (1999, p. 06), a metodologia de Educação Patrimonial não é necessariamente uma novidade, visto que tem sido adotada no país desde 1980, sendo considerada um processo permanente e sistemático de trabalho educacional, servindo como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo, por meio dos tão falados processos de reconhecimento, valoração e preservação do patrimônio.

Isso implica em diálogos permanentes que possam facilitar e estimular a comunicação, além de cooperar com a integração entre os envolvidos em práticas que realmente levem às parcerias positivas. Haverá, dessa forma, a possibilidade de "trocas de conhecimentos e a formação de parcerias para a proteção e valorização destes bens" (BASTOS, 2006, p. 158).

Nesse caso, as ações de EP deverão, necessariamente, focar os tipos de patrimônios em toda a sua diversidade, em um processo de redefinição de bem cultural enquanto herança da região. Tal intento requer planejamento sistemático e envolvimento entre o público, as comunidades e os agentes responsáveis pela preservação e estudo do bem cultural.

Conforme descrito anteriormente, serão apresentadas neste artigo três estratégias desenvolvidas ao longo do último ano, no Curso de Licenciatura em Ciências Humanas – UFMA – Campus de Pinheiro, sendo elas: *Mapeamento dos bens edificados de interesse histórico no município de Pinheiro – MA, Registro do ofício de ceramista no*

*povoado de Itamatatua – Alcântara – MA e A ocupação humana de longa duração, em São Luís – MA.*

Independentemente das atividades e do objeto trabalhado na vivência patrimonial, o foco foi inventariar, conhecer e divulgar os suportes de memória e história da região de estudo. Ressalta-se que as ações são contínuas e já perpassaram o tempo regimental da disciplina, ou seja, elas estão em diferentes estágios de desenvolvimento e aplicação, configurando-se, atualmente, como atividades de pesquisa e extensão, que estão congregando alunos de diferentes períodos e produzindo conhecimento sobre uma das regiões mais ricas em biodiversidade e sociodiversidade do Maranhão.

### **3 MAPEAMENTO DOS BENS EDIFICADOS DE INTERESSE HISTÓRICO NO MUNICÍPIO DE PINHEIRO – MA**

Esta estratégia foi desenvolvida na disciplina Patrimônio Histórico Brasileiro (6T1234), ministrada em 2016.1, com o total de 17 alunos matriculados. O objetivo central foi identificar em Pinheiro – MA, os suportes que pudessem representar a história, a cultura e a memória da cidade na visão dos alunos e seus familiares. Nesse sentido, foram debatidas em sala de aula as possíveis categoriais a serem abordadas no desenvolvimento de uma ação de pesquisa e extroversão.

Foto 1 – Rua principal de Pinheiro com casarões antigos



Fonte: Autor desconhecido

Foto 2 – Igreja Matriz de Santo Inácio de Loiola



Fonte: Autor desconhecido.

O objeto mais factível escolhido para um trabalho inicial foi o patrimônio edificado, em especial as edificações que representam diferentes estilos arquitetônicos e diferentes tempos da cidade. Neste contexto, foi realizado um *Inventário de Conhecimento*, com

a utilização das Fichas do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG)<sup>1</sup>, elaboradas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2013).

O Inventário de Conhecimento (ou de varredura) é qualquer estudo que vise conhecer o universo de bens culturais de determinada região ou relacionados com determinado tema, identificando e mapeando as ocorrências materiais ainda existentes e apontando a necessidade de estudos mais detalhados.

O SICG é constituído por um conjunto de fichas agrupadas em três módulos: *Conhecimento, Gestão e Cadastro*. Cada módulo corresponde a uma esfera de abordagem do patrimônio cultural e conta com um conjunto de fichas estruturadas para a pesquisa e organização de informações conforme o objetivo do estudo ou inventário.

Neste trabalho foram utilizadas as seguintes fichas do Módulo Conhecimento:

**Ficha M101** - Contextualização Geral: é direcionada para a coleta e organização das informações relacionadas a um recorte territorial amplo;

**Ficha M102** – Contexto Imediato: é voltada para aplicação em sítios ou conjuntos históricos (urbanos e rurais) que tenham sido identificados ou contextualizados dentro de um recorte territorial ou temático mais amplo, a partir da ficha M101;

**SICG - M201** - Pré-setorização: indicada para os aspectos levantados nas etapas anteriores, que são significativos para a caracterização de diferentes setores da área em análise.

**SICG - M302** - Bem imóvel Arquitetura - Caracterização externa: registrar o bem arquitetônico em sua parte externa.

A aplicação da metodologia no âmbito desta pesquisa se deu com as seguintes etapas:

- Em um primeiro momento as fichas foram apresentadas e discutidas em sala de aula;
- Em uma fase posterior foi realizada uma aula de campo, visitando o centro de Pinheiro, com reconhecimento das três principais praças da cidade: Praça da Matriz, Praça José Sarney e Praça do Centenário, bem como a visita de espaços de referência para a memória e história da cidade, a exemplo do Igreja Matriz, edificações históricas e Casa José Sarney;
- A etapa seguinte consistiu em debater a aula de campo, enfocando os aspectos históricos e urbanísticos da cidade para seleção de quais fichas seriam relevantes para o inventário das edificações históricas;
- Após a definição das fichas que seriam utilizadas no inventário, foi realizado o preenchimento simulado das mesmas em sala de aula, com o auxílio de *softwares* de Sistemas de Informação Geográfica (SIG);
- Simultaneamente, um grupo ficou responsável pela pesquisa histórica sobre a cidade;
- No geoprocessamento, o centro de Pinheiro foi zoneado em três setores, que representam três momentos históricos da cidade: Praça da Matriz, Praça José Sarney e Praça do Centenário. Esses setores foram delimitados e georreferenciados;
- Na fase de campo, os alunos foram agrupados em três equipes, cada uma responsável por inventariar um setor;

<sup>1</sup> O Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG é um instrumento desenvolvido para integrar os dados sobre o patrimônio cultural, com foco nos bens de natureza material, reunindo informações sobre cidades históricas, bens móveis e integrados, edificações, paisagens, arqueologia, patrimônio ferroviário e outras ocorrências do patrimônio cultural do Brasil. Uma das aplicações fundamentais do SICG é o desenvolvimento de Inventários de Conhecimento, para formar uma base de informações aplicada à construção de “Redes de Patrimônio” em todos os estados e municípios.



Foto 5– Vista aérea do núcleo fundacional de Pinheiro, com a Praça José Sarney, zoneada na pesquisa



Fonte: Soares (2017).

A extroversão dos resultados foi alcançada com a organização de uma exposição itinerante com o tema *Pinheiro: passado, presente...e futuro???*, lançada na I Semana Interdisciplinar em Ciências Humanas e remontada na Semana de Luta e Consciência Negra e na Feira das Profissões da UFMA. Além disso, a exposição foi montada em escolas de Pinheiro e está agendada para a Câmara dos Vereadores de Pinheiro.

Foto 6 – Casarão onde funcionou a Farmácia da Paz, de Paulo Allim, fundada em 1940



Fonte: Autor.

Foto 7 – Edificação de propriedade da igreja, onde funciona a administração eclesiástica



Fonte: Autor.

A avaliação dos resultados desta extroversão foi extremamente positiva, com desdobramentos internos e externos, visto que o mapeamento está servindo para subsidiar apresentações em congressos, publicações e divulgações sobre os bens edificados de interesse histórico e cultural da cidade, fomentando a mobilização e o debate com a Câmara dos Vereadores, em torno da construção de instrumentos legais para proteção do patrimônio histórico e cultural pinheirense.

Foto 8 – Montagem da exposição usando o método de “cama de gato” ou “teia de aranha”



Fonte: Autor.

Foto 9 – Exposição *Pinheiro: passado, presente...e futuro???, já montada*



Fonte: Autor.

#### **4 REGISTRO DO OFÍCIO DE CERAMISTA NO POVOADO DE ITAMATATIUA – ALCÂNTARA – MA**

A segunda estratégia foi desenvolvida na disciplina Folclore e Cultura Popular (4N1234), ministrada em 2016.2, com o total de 25 alunos matriculados. A ideia central foi aproximar os estudantes a um ofício tradicional e um modo de vida específico e diferenciado em relação ao seu universo social e cultural. Nesse contexto, foram apresentadas algumas opções em sala de aula, visando a reflexão e o debate acerca dos possíveis objetos a serem pesquisados, a exemplo do Tambor de Crioula do Zé Macaco, em Pinheiro, a pesca tradicional na Baixada Maranhense, o modo de vida ribeirinho e o ofício tradicional da cerâmica e o modo de vida quilombola.

Conforme já mencionado, a opção escolhida foi o ofício de manufatura cerâmica na comunidade quilombola de Itamatatiua, em Alcântara – Maranhão<sup>2</sup>, cuja peculiaridade é a elaboração de cerâmica com tecnologia que remete às características indígenas, cabe ressaltar que o próprio nome da comunidade remete à língua Tupi.

Itamatatiua tem cerca de 315 anos e, segundo Oosterbeek e Reis (2012, p. 8), sua fundação ainda é discutida na comunidade, contudo, a documentação informa que as origens do povoamento remetem a existência de uma fazenda da Ordem Carmelitana na região, que, após o declínio do período escravocrata, foi extinta e as terras remanescentes foram deixadas para a população afrodescendente, que iniciaram a ocupação da área. Para a região foram trazidos africanos das etnias Banto e Mina-Jeje.

A territorialidade e o modo de vida quilombola são as características mais marcantes de Itamatatiua: existência de festas de santo e rodas de tambor; agricultura de subsistência com a roça de coivara; e a organização espacial da vila, com a igreja e o cemitério ocupando a porção central e mais alta da localidade, bem como as casas dispostas em linha, ao longo de um caminho; além do importante festejo anual para sua padroeira, Santa Tereza de Ávila ou Santa Tereza de Jesus.

Contudo, o traço mais marcante, e ressaltado por muitos autores que já trabalharam no município, é o ofício tradicional da olaria e o seu papel identitário e mediador das relações sociais, culturais e econômicas (GRIJÓ, BERARDO, MENDONÇA, 2009;

<sup>2</sup> Itamatatiua está inserida na Baixada Maranhense e localiza-se entre as cidades de Pinheiro e Alcântara, distando cerca 90 km de São Luís e 70 km de Alcântara, sendo formada por 113 famílias e 450 habitantes.

PEREIRA, 2011; PEREIRA JÚNIOR, 2011; 2012; OOSTERBEEK, REIS, 2012; FERREIRA, 2012; CESTARIA, SANTOS, CARACAS, 2016).

Nesse âmbito, foi proposta uma estratégia para envolver os alunos em torno do ofício da olaria e, a partir deste elemento, irradiar a vivência patrimonial para outros aspectos do universo observado. Para tanto, a estratégia metodológica foi inspirada nos trabalhos de Cestaria, Santos, Caracas (2016), que aplicaram em Itamatitua as cinco dimensões de sustentabilidade de Serrão, Almeida e Carestiatto (2012).

As cinco dimensões da sustentabilidade, segundo os autores, aglutinam as dimensões Ecológica, Social, Cultural, Econômica e Política. A equipe de pesquisa decidiu a inclusão de mais dois eixos para observação: a dimensão Histórica e a dimensão Tecnológica.

A partir desses aspectos, foram desenvolvidos temas geradores abertos, que atuaram como um roteiro para obtenção de informações junto as ceramistas. Os temas foram divididos entre as equipes de pesquisa, que também ficaram responsáveis pela elaboração e aplicação das perguntas.

A primeira etapa da atividade de campo foi realizada em 25 de janeiro de 2017, sendo entrevistadas sete ceramistas. Nesse momento foi debatida todas as dimensões da sustentabilidade. Além disso, foi registrado o modo de manufaturar os potes cerâmicos, com a coleta de depoimentos das artesãs.

Foto 10 – Igreja de Santa Tereza D’ávila, que ocupa um lugar de destaque na comunidade



Fonte: Autor.

Foto 11 – Moradia vernacular tradicional, com o uso de matérias-primas locais: palha, madeira, fibra e argila



Fonte: Autor.

A segunda etapa está prevista para ocorrer em outubro de 2017 e o foco será a dimensão tecnológica e social, com o acompanhamento dos homens da comunidade na obtenção da argila para fabricação da cerâmica e o registro da secagem e queima dos objetos. A dimensão cultural também será abordada, com a observação do início dos preparativos do festejo de Santa Tereza D'ávila. A terceira etapa consistirá na organização de uma exposição itinerante, com a participação efetiva dos estudantes e ceramistas na elaboração do discurso expositivo e na escolha das peças cerâmicas que serão apresentadas.

Foto 12 – Aplicação dos questionários às ceramistas, versando sobre os eixos da sustentabilidade e a manufatura cerâmica



Fonte: Autor.

Foto 13 – Manufatura da cerâmica pela técnica do rolete



Fonte: Autor.

Foto 14 – Alisamento da cerâmica com instrumento plano



Fonte: Autor.

Figura 15 – Finalização da vasilha antes da queima



Fonte: Elaborado pelo autor.

Foto 16 – Objetos cerâmicos após a queima



Fonte: Autor.

Figura 17 – Variedade dos objetos cerâmicos na loja de vendas



Fonte: Elaborado pelo autor.

## 5 A OCUPAÇÃO HUMANA DE LONGA DURAÇÃO, EM SÃO LUÍS – MA

A terceira ação de extroversão vinculou-se a disciplina *História da América Colonial* (3N123), com 45 alunos matriculados. O eixo norteador relacionou-se aos distintos momentos de ocupação do território maranhense por diferentes levas migratórias, iniciando-se desde o período pré-colonial, com a presença indígena, perpassando pela chegada dos europeus e africanos.

Nesse sentido, foi trabalhado o conceito de cultura material<sup>3</sup>, concebida como qualquer segmento do meio físico modificado por comportamentos culturalmente determinados (DEETZ, 1977, p. 8). Por esse motivo, toda cultura material possui um significado. Entretanto, esse significado não lhe é inerente e deve ser buscado nas relações entre os componentes do sistema ao qual essa cultura está integrada (DOUGLAS; ISHERWOOD, 1980).

O passo seguinte foi vincular os períodos de ocupação do território maranhense, considerando-o como uma porção de colonização mais tardia do continente americano

<sup>3</sup> O historiador francês, Jean-Marie Pesez (1990), asseverou que uma das certidões de nascimento da cultura material vem da União Soviética, quando Lênin criou em 1919, a Academia de História e Cultura Material. Esse fato denotou as principais características de sua gênese: uma emergência tardia, a evidente associação com o materialismo histórico e o marxismo e suas relações privilegiadas com a história e a arqueologia. Nessa última, a cultura material encontrou seu terreno mais fértil, uma vez que a virada epistemológica dada pela arqueologia nos primórdios do século XX, resultou, dentre outras coisas, da percepção de que os aspectos materiais das civilizações é o caminho para a definição de sua cultura e evolução.

e a sua relação com a materialidade dos artefatos e objetos que poderiam representar os povos e os respectivos momentos de históricos.

Nesse sentido, foram escolhidos instituições museais e centros de pesquisas que possuíam acervos ou narrativas para materializar a presença desses grupos formadores do Maranhão, sendo definidas em conjunto com os alunos, o Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão, para representar as ocupações pré-coloniais e indígenas; o Núcleo Fundacional de São Luís, o Palácio dos Leões, a Igreja Matriz, o Museu de Artes Sacras, o Museu Histórico e Artístico do Maranhão e a rua Portugal para representarem a presença europeia e o Museu Cafua das Mercês para representar a ocupação africana.

Foto 18 – Visitação ao Palácio dos Leões, na área fundacional de São Luís – MA, com a observação do legado europeu



Fonte: Autor.

Foto 19 – Visitação ao Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão, com a observação do legado indígena



Fonte: Autor.

Ainda em sala de aula, foram desenvolvidos mapas temáticos e definidos os roteiros de visitação, como também os objetos e artefatos que deveriam ser observados

e registrados pelas equipes. Ressalta-se que as visitas em alguns órgãos foram mediadas pelas equipes das próprias instituições.

A próxima ação vinculada a esta extroversão será a montagem de um catálogo, com a descrição das diversas categorias artefatuais observadas nos espaços museais, correlacionando-as com o período de ocupação do Maranhão e o grupo étnico correspondente. A esse respeito, a cultura material associada a cada grupo será o eixo norteador da publicação, com o Núcleo Fundacional de São Luís, o Palácio dos Leões, a Igreja Matriz, o Museu de Artes Sacras, o Museu Histórico e Artístico do Maranhão e a rua Portugal representando as relações entre europeus, afrodescendentes e indígenas; o Museu Cafua das Mercês, para representar a ocupação africana e o Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão representando a ocupação humana mais antiga, vinculada aos indígenas e seus ancestrais.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As três atividades que ilustram este artigo são apenas alguns dos muitos exemplos que o docente tem a sua disposição para aproximar os estudantes dos bens de natureza histórica e cultural. Nesse contexto, as vivências patrimoniais, quando agregadas a um problema de pesquisa e ao desenvolvimento de uma disciplina são ferramentas didático-pedagógicas poderosas para percepção, sensibilização e empoderamento dos alunos em relação ao seu território, suas histórias e memórias.

Além das ricas experiências vivenciadas pelos participantes nas ações listadas neste artigo, foi possível realizar um rápido diagnóstico acerca dos bens culturais e históricos, sobretudo, àqueles relacionados as edificações mais antigas de Pinheiro, os modos de fazer da cerâmica em Itamatatua e a sua vinculação com a perpetuação desse legado cultural e identitário; as experimentações e construções de referências de memórias nos objetos; assim como a cultura material presentes nos museus e centros de pesquisa, em São Luís – MA.

Para cada ação listada, artigos específicos estão sendo preparados para divulgação das atividades didático-pedagógicas, especialmente os procedimentos metodológicos e os resultados da documentação realizada pelos discentes.

Sobre o *Mapeamento dos bens edificados de interesse histórico no município de Pinheiro – MA* foi possível realizar um levantamento de todos os edifícios de interesse histórico e/ou arquitetônico, que identificou um péssimo estado de preservação de exemplares dos séculos XIX e XX. O crescimento da cidade vem trazendo sérios prejuízos ao legado histórico e cultural materializados nas casas, ruas, praças, igrejas, cemitérios, etc.

A inexistência de leis municipais para proteção e tombamento dos bens arquitetônicos vem contribuindo para o agravamento desse quadro, inclusive, com a identificação de alguns casos de destruição intencional de edifícios pelos proprietários, com receio de que o bem seja protegido.

Nesse contexto, uma das alternativas seria promover um amplo debate com a sociedade, tendo como foco a sensibilização dos gestores públicos para criação de leis de proteção do legado histórico e arquitetônico da cidade. Além disso, o exercício de documentação e registro devem ser uma constante, aliados com iniciativas de extroversão, a exemplo da *Exposição Pinheiro: passado, presente...e futuro???*

Em relação ao *Registro do ofício de ceramista no povoado de Itamatatua – Alcântara – MA*, a ação objetivou investigar a cadeia operatória da produção artesanal ceramista, encarando-a como um modo de fazer que carrega consigo aspectos intangíveis extremamente relevantes para compreender a história, memória e a cultura desse grupo quilombola, tratando-se, portanto, de uma referência cultural de caráter imaterial a ser melhor investigada.

Nesse contexto, também foram mapeados os lugares e espaços sagrados (cemitério, igreja, casas de farinha, Fonte do Chora, Pedra de Encantaria e outros), como também, destacam-se as celebrações, festas de santo, tambores.

Atualmente, o principal desafio das ceramistas é o de permanecer produzindo cerâmica e repassar o ofício para as novas gerações no presente. A esse respeito, as dificuldades são de ordem estrutural, visto que não existem escolas de Ensino Médio em Itamatatuiua. Logo, todos os jovens da comunidade deixam a cidade entre 12 e 14 anos em busca de melhores condições de ensino, migrando para São Luís, Pinheiro e a sede de Alcântara.

Essa situação está causando uma ruptura do modo de vida quilombola e, conseqüentemente, o ofício ceramista, visto que os jovens não demonstram interesse em permanecer participando de uma atividade que requer muito esforço físico e não resulta em um ganho financeiro satisfatório.

Por fim, *A ocupação humana de longa duração, em São Luís – MA* propiciou aos discentes conhecer o núcleo fundacional de São Luís, materializando um dos episódios mais singulares da colonização das Américas. Nesse sentido, a existência do Forte e Palácio dos Leões, a Casa de Câmara e Cadeia, atual Prefeitura de São Luís, e a sede do Bispado do Maranhão, na Igreja de Nossa Senhora da Vitória, bem como a Catedral da Sé foram os espaços privilegiados para conhecer o papel das instituições na corrida colonial dos séculos XIV, XV e XVII.

Além disso, os legados dos povos indígenas e afrodescendentes, no Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão; Casa de Nhozinho, Casa da Festa e Museu Cafua das Mercês, completaram o roteiro de conhecimento do núcleo fundacional.

Em relação ao modo de vida burguês, sobretudo, do século XIX, o Museu Histórico e Artístico do Maranhão foi o cenário ideal para compreender o cotidiano de uma família abastarda maranhense após o ápice econômico advindo com a lavoura algodoeira.

Em todos os exemplos citados acima, convém destacar um aspecto que apenas recentemente foi diagnosticado, que é a multiplicação das ações de extroversão para um público que está distante das redes de ensino, principalmente, os familiares e amigos dos estudantes que estão envolvidos com as vivências patrimoniais. A esse respeito, a retomada das memórias individuais e coletivas dos envolvidos direta ou indiretamente com as ações é um aspecto que deverá ser avaliado nas próximas atividades.

No âmbito acadêmico, a complementação dos conteúdos das disciplinas com vivências patrimoniais está se mostrando de extrema relevância para construção de uma visão crítica, investigativa e narrativa, estimulando “um olha para dentro”, “para si” e “para os outros”, contribuindo também para a compressão de aspectos outrora esquecidos sobre a realidade da Baixada Maranhense e Reentrâncias Maranhenses.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. República Federativa do Brasil. *Constituição da República Federativa do Brasil*: texto promulgado em de 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas emendas constitucionais nos 1/92 a 52/2006. Brasília, DF: Senado, 2006.

BASTOS, Rossano Lopes. A Arqueologia Pública no Brasil: novos tempos. IN: MORI, SOUZA, BASTOS & GALLO (org.). *Patrimônio: atualizando o debate*. Brasília, DF: IPHAN, pp. 155-168, 2006.

COSTA, Vanessa. Cultura Patrimonial em Enunciados: análise arqueológica dos discursos no Guia Básico de Educação Patrimonial. In: VIII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2010, São Luís - MA. **Anais do VIII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**, 2010.

CESTARIA, Glauba Alves do Vale, SANTOS, Denilson Moreira, CARACAS, Luciana Bugarin. *A produção cerâmica no quilombo de Itamatatua: interações entre artesanato tradicional e design com vistas à sustentabilidade*. In: SANTOS, Denilson Moreira et. al. (orgs.). *Artesanato no Maranhão: práticas e sentidos*. São Luís: Edufma, 2016.

DEETZ, James. *In Small Things Forgotten: the Archaeology of Early American Life*. Nova York: Doubleday, 1977.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. *The World of goods: towards an anthropology of consumption*. Londres: Penguin Books, 1980.

FERREIRA, Rosinete de Jesus Silva. *Nas tramas de Itamatatua: as representações sociais da saúde e as trocas comunicativas dos filhos de Santa Teresa*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UERJ, 2012.

GRIJÓ, Wesley Pereira; BERARDO, Rosa Maria; MENDONÇA, Maria Luisa. A identidade na comunidade negra de Itamatatua sob a perspectiva dos estudos pós-coloniais. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 5. Salvador-BA. *Anais...* Salvador: Faculdade de Comunicação/UFBA, 2009.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília, DF: IPHAN: Museu Imperial, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG*. Brasília, DF: IPHAN, 2013.

LONDRES, Maria Cecília. *O patrimônio em processo: trajetória da política de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

OOSTERBEEK, Luiz; Reis, Milena das Graças Oliveira. Terras de Preto em Terras da Santa: Itamatatua e as suas dinâmicas quilombolas. *Cadernos de Pesquisa*, v. 19, n. 1, p. 7 – 15, jan./abr. São Luís: UFMA, 2012.

OOSTERBEEK, Luiz. Arqueologia pré-histórica: entre a cultura material e o patrimônio intangível. *Cadernos do LEPAARQ - Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio*, v. 1, n. 2. Pelotas: Editora da UFPEL, p. 41-54, Jul/Dez 2004.

PEREIRA, Cleyciane Cássia Moreira. *Mitos da cultura africana: elementos de informação e preservação da memória na Comunidade Quilombola Alcantareense de Itamatatua*. Dissertação de Mestrado. João Pessoa: UFPB, 2011.

PEREIRA JUNIOR, David. Tradição e identidade: a feitura de louça no processo de construção de identidade da Comunidade de Itamatatua – e Alcântara Maranhão. In:

MARTINS, Cynthia Carvalho et al. *Insurreição de saberes: práticas de pesquisa em comunidades tradicionais*. Manaus: Universidade do Estado do Amazonas - UEA, 2011.

\_\_\_\_\_. *Territorialidades e identidades coletivas: uma etnografia de Terra de Santa na Baixada Maranhense*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia – PPGA. Salvador: UFBA, 2012.

PESEZ, Jean-Marie. História da Cultura Material. In LE GOFF, Jacques (org.) *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p.177-213.

SANT'ANNA, Márcia. *O Registro do Patrimônio Imaterial: dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. Brasília: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 4. ed, 2006.

SOARES, Leonardo Silva. *Amazônia Legal do Maranhão, que compreende a região de estudo na Baixada Maranhense e Reentrâncias Maranhenses*. 2017.

SERRÃO, Mônica; ALMEIDA, Aline; CARESTIANO, Andréa. *Sustentabilidade: uma questão de todos nós*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2012.